

O NEOCOLONIALISMO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA AO SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E AMBIENTE NO “TERCEIRO MUNDO”

Neocolonialism and Capitalism: a Sociopolitical Analysis of its Impact on Third World's Development, Economy and Environment

Calido Mango¹

INTRODUÇÃO

O conceituado intelectual africano, Kwame N’krumah (primeiro presidente ganês), no seu livro “Neocolonialismo – o último estágio do imperialismo”, abordou discussões relevantes permitindo uma reflexão do que se vivia e ainda se vive na África pós-colonial, em termos políticos, econômicos e sociais – o mesmo discutiu o colonialismo “velho”, seus diversos estilos e as transformações assumidas ao longo do tempo até chegar ao neocolonialismo – fase ao qual N’krumah conclui que, este de modo algum, chegou a ser abolido. No entanto, levantou como hipótese que este, apenas mudou da política e a forma de atuar na África.

Entretanto, Samir Amin, outro respeitado intelectual africano nos leva a compreensão desta nova fase do colonialismo, referido por N’krumah – o neocolonialismo – através do capitalismo. Em uma das abordagens explicativas, Amin demonstra que essa nova fase, é disfarçada no “desenvolvimento” dos novos Estados africanos e nos outros países do “Terceiro Mundo” como América Latina, ao afirmar que “o capitalismo realmente existente, é necessariamente polarizador em escala mundial e, o desenvolvimento desigual que ele institui torna-se uma violenta contradição que cresce constantemente e não pode ser superada no quadro da sua própria lógica” (AMIN, 2005, p. 83).

O neocolonialismo, com característica múltipla e complexa, criou e ainda tem criado enormes problemas à África e América Latina em vários aspectos. O mundo, pós-segunda guerra mundial, escancarou a necessidade da estabilização econômica e social num Ocidente devastado por efeitos da guerra e, que desde então buscava uma rápida reorganização, relançando seus setores

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: oficialmango1@gmail.com

vitais em todos os aspectos. Essas razões levaram as principais potências colonizadoras (Inglaterra, França, Espanha, Portugal) a abdicarem da sua presença física nos territórios colonizados, concedendo “independências” há vários países, sobretudo na África, como forma de focar na reorganização sociopolítica e econômica interna, que pudesse permitir uma reviravolta na reestruturação da sociedade ocidental de modo geral. A industrialização e a expansão econômica ganharam força e, a presença dos Estados europeus, passou a ser cada vez mais crescentes através das parcerias, laços cooperativos, organizações internacionais e grandes empresas que atuam no “Terceiro Mundo”.

Empresas ocidentais instalaram-se na África e América Latina, sendo os *commodities* cada vez mais cobiçados. As grandes potências que no passado instauraram a dominação imperial e colonial nos dois continentes adotaram, dessa forma, novas estratégias para essa manutenção política. Zizek (1996), fala de “nova tecnologia e a sua revolução social, na influência cotidiana”, o que se pode classificar como uma das formas dessa presença neocolonial, justificando os interesses e políticas exploratórias nas suas antigas colônias.

A globalização fomentada é vista como uma máquina a serviço do Ocidente e sua elite, visando aperfeiçoar o colonialismo novo, um instrumento da dominação ideológica e capitalista, através do qual, assiste-se uma independência teórica dos Estados do “Terceiro Mundo” em detrimento das suas antigas metrópoles. Os ideais políticos de uma desocupação efetiva das potências coloniais nesses territórios são estratégias de um sistema de colonialismo avançado e integrado à expansão capitalista, possibilitando aparição de burguesias nativas na era contemporânea.

DESENVOLVIMENTO

Obviamente, o colonialismo que emergiu oficialmente no continente africano desde 1885, altura em que os territórios africanos foram oficialmente fragmentados pelas diversas potências coloniais, durante a conferência do Berlim, reforça que imperava também desde então uma dominação política, econômica e cultural de grande escala sobre os nativos (MANGO, 2017, p. 16). Este fato, teria levado a “Geração de Cabral”² a romper com as políticas do sistema colonial português na África, segundo Abadia (2016), ao dizer que:

² Líder político guineense e ideólogo da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, considerado segunda maior figura histórica de sempre, pela Revista BBC *World Histories Magazine*, apenas atrás de Maharaja Ranjit Singh, líder do império sikh do início do século XIX, e ainda a frente de figuras como o britânico Winston Churchill, o Presidente norte-americano Abraham Lincoln e a monarca britânica Isabel I (1533-1603).

A partir da sua política de assimilação, destruir a tradição cultural das suas colônias através da formação de uma elite privilegiada e europeizada que contribuía com os colonizadores. [...] a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas contra o colonialismo, tendo origem em uma geração [...] dentro do sistema colonial, passou a exigir a independência política como um primeiro passo para a libertação do continente africano (ABADIA, 2016, p. 4).

Naquela altura, a classe intelectual africana tinha como prioridade a obtenção da independência política do continente e conseqüente eliminação do colonialismo. A década de 1960 foi crucial para a África, na qual vários países conquistaram sua independência política de Portugal, fato esse possível apenas nos anos 1970. Com o fim do colonialismo em toda África na década de 1970, observava-se o neocolonialismo em marcha, interferindo em vários aspectos nos Estados independentes africanos, constituindo assim, um novo desafio para a geração pós-colonial.

N'krumah acredita que tanto o colonialismo, assim como o imperialismo e o neocolonialismo são expressões do capitalismo e das aspirações econômicas da burguesia na África; uma vez que afirmação do capitalismo levou o feudalismo ao declínio e, conseqüente ao aparecimento de uma nova superestrutura social (NKRUMAH, 1975, p. 65). Portanto, a história da democracia moderna, segundo Wood (2007), especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, foi responsável pelo capitalismo, criou uma relação entre o poder político e econômico, possibilitando que a dominação de classe se mantenha coexistindo com os direitos políticos universais, que foram usados estrategicamente como medidas de transformação.

A TRANSFORMAÇÃO ESTRATÉGICA E UM OLHAR SOCIO-ANTROPOLÓGICO

Há que admitir a perfeição da estratégia adotada e um virar de página vantajoso que o mundo Ocidental continua a ter sobre os Estados africanos e latinos. Num período não tão longínquo, em que o neocolonialismo ainda não tinha assumido o protagonismo, falava-se do colonialismo, um sistema com o qual os países coloniais se exibiam como valor, ato de pujança, exuberância e do poder de exercer exemplo de um povo ou sociedade “civilizada” sobre o Outro. Esse sentimento resultou as reflexões do antropólogo sul-africano Archie Mafege, que analisou e criticou a ideologia de “Eu” sobre o “Outro”, ou seja, europeu na condição de “Eu” (quer dizer em termos político e socialmente capaz e superior em relação ao um não europeu), e o africano neste caso, na condição de “Outro” (seria inferior, primitivo e incapaz político e socialmente).

Isto se baseia no “suposto de que este Outro é passível de escrutínio e passivo diante das investidas da produção [...]” (BORGES et al, 2015, p. 348). Essa prática de superioridade massacra e renega os valores e os princípios às outras sociedades pelo mundo, incentivando revoltas e resistências, com intuito de inverter as sequelas do poder colonial na África. Com a crescente consciencialização que se verifica no continente africano e sul-americano nos dias correntes, sobretudo nas universidades, entre as organizações de sociedade civil, espaços de militâncias e de afirmação política supõem-se que é possível mudar o dilema nas sociedades contemporâneas e nos Estados do “Terceiro Mundo”.

Particularmente, nos países africanos, os novos movimentos descomprometidos com a alienação e corrupção, procuram assumir o papel de uma nova revolução, em termos sociais e políticos, capaz de provocar mudanças e paradigmas. Historicamente, os movimentos nacionalistas no passado opuseram-se a dominação colonial e, isto possibilitou a independência política do continente africano. Crê-se que, da mesma forma, o surgimento dos movimentos de resistência contemporânea na América Latina e na África, pode combater o modelo de desenvolvimento capitalista imposto, com base nos valores ocidentais, a proliferar pela África e o mundo sob alçada da China, Índia, Singapura, Reino Unido, França, Japão e Estados Unidos da América, que assentam o capitalismo moderno, mantendo a sociedade refém dos diversos tipos de caos político, social e econômico com interesses destrutivos e exploratórios, sobretudo nos aspectos climáticos e ambientais.

Com influência desses países, as ideologias neocoloniais têm se espalhado de forma profunda desde América Latina, Ásia, África e Oceania deixando traços negativos e horrores por vezes incalculáveis. Na contemporaneidade, os Estados africanos e latino-americanos continuam a ser caçados pelas políticas aliciantes de “solidariedade” e do “desenvolvimento”, para induzi-los a permanecer nos jogos da dominação.

AS NOVAS FASES DA DOMINAÇÃO

Os Estados colonialistas, encontram alternativas de possíveis ameaças que poderiam enfrentar, face a uma independência sólida na África, criando estratégias ideológicas capazes de interferir política e economicamente nas antigas coloniais. A Inglaterra e a França são entre os que mais exercem influência junto dos Estados anteriormente colonizados. Portugal, não sendo tão forte tanto quanto foi, ainda insiste em exercer certa influência política e econômica nas ex-Colônias. O subdesenvolvimento dos Estados africanos e latinos foram impostos pelo Ocidente, através dos

modelos democráticos importados, que não atendem as especificidades locais e tornam os Estados reféns aos desafios contemporâneos.

Os Estados africanos e latinos, dificilmente conseguirão se afirmar política, econômica e socialmente enquanto estiveram reféns de uma política exploratória. Razão pelo qual Lopes (2011) afirma que uma organização política sólida e independente, afastaria quaisquer perspectivas ocidentais a uma interferência no desenvolvimento desses Estados, tanto na África assim como na América Latina, podendo conter, dessa forma, os avanços de degradação ambiental, prevenindo catástrofes climáticas que possam advir de má gestão política e econômica das elites nesses países (LOPES, 2011, p. 13).

Estrategicamente, o Ocidente criou os chamados “centros” que posteriormente alicerçou a estabilização do capitalismo em substituição ao colonialismo no mundo. Amin (2005) considera esses “centros” como regiões do sistema capitalista que contribuíram na hegemonização de uma “burguesia nacional” na África, criando os espaços periféricos definidos como negativos (AMIN, 2005, p. 83). Os Estados do “Terceiro Mundo”, precisam definir novas estratégias que lhes possam distanciar dessa alienação e sistemas dominadores e as políticas de desenvolvimento de vocação auto-centrada (real ou potencial), ao qual Amin (2005), classifica como:

O resultado do sucesso desigual dessas políticas foi um terceiro mundo contemporâneo bastante diferenciado. De todo modo, mesmo onde foram mais marcados os progressos da industrialização, as periferias continuam a ser gigantescas “reservas”, entendendo por essa definição que proporções variáveis, mas sempre muito importantes de sua força de trabalho, são empregadas (quando o são) em atividades de baixa produtividade. A razão disso reside no fato de que as políticas de modernização – ou seja, as tentativas de “recuperação do atraso” – impõem escolhas tecnológicas modernas (para que sejam eficazes, e até competitivas), e que são extremamente custosas em termos de utilização de recursos escassos (capitais e mão-de-obra qualificada). Essa distorção sistemática é agravada ainda mais cada vez que a modernização em questão é combinada com uma desigualdade crescente na distribuição da renda. Nessas condições, o contraste entre os centros e as periferias continua sendo violento. Nos primeiros essa reserva passiva, que existe também, permanece minoritária (variável de acordo com os momentos conjunturais, mas sem dúvida quase sempre inferior a 20%); nos segundos ela sempre é majoritária (AMIN, 2005, p. 85).

Essa balcanização política dos Estados denominados de “Terceiro Mundo”, além de possuir uma característica tendenciosa, objetiva empurrá-los para o abismo. As organizações internacionais e suas políticas de apoio ao desenvolvimento, muitas vezes servem como ferramentas usadas para concretizar esses objetivos –, tornando certos Estados cada vez mais dependentes dos seus parceiros internacionais.

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS POLÍTICAS EXPLORATÓRIAS

É inegável que a ambição colonial continua a perseguir os países periféricos. Também é fato que o neocolonialismo que se alastra pelos diversos cantos da África e a América Latina, estão assentados nas políticas e nos processos decorrentes das atividades econômicas internacionais e dos acordos bilaterais que interferem na autonomia dos Estados independentes nesses continentes (LOPES, 2011, p. 13). São acordos que visam mais a dificultar a produção e o desenvolvimento desses Estados em vez de contribuir nos seus crescimentos.

Em termos gerais, as políticas dos organismos internacionais de regulamentação econômica ou financeira são exercidas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, pelo *Center For Inquiry* – CFI e pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – MIGA, todos suportados pela Organização das Nações Unidas – ONU, no qual essa organização incorpora suas exigências às questões humanitárias ou bélicas, através das alianças e políticas governamentais e não-governamentais (LOPES, 2011, p. 13-14). Nesse sentido, torna-se inflexível uma decisão macroeconômica, de vários Estados africanos e latinos em viabilizar suas economias sem precisar dos sistemas burocráticos do FMI e outros parceiros.

A “SOLIDARIEDADE” E O APOIO AO “DESENVOLVIMENTO”

A África pós-colonial encontrava-se determinada em sacudir a poeira do jugo colonial, através de novos governos e ações sociais relevantes. Contudo, durante todo esse período, as tentativas aliciadoras nunca cessaram por parte das antigas metrópoles; os esforços de aproximação foram nítidos, tanto quanto a dificuldade dos chefes africanos em lidar com administração política com resquícios coloniais. A penetração do neocolonialismo na África, se deu de forma “legítima” através de acordos bilaterais, fundos de “apoio” e financiamentos como as propostas políticas, que visam adquirir novos sistemas de governabilidade democrática, mediante financiamentos e implementações dos projetos da governação.

Para N’krumah (1967), “é a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo em que falam em liberdade, que veio a ser conhecida como neocolonialismo” (N’KRUMAH, 1967, p. 281). N’krumah alertava sobre as armadilhas que o “Primeiro

Mundo”³ implementava no “Terceiro Mundo”, por meio do capitalismo com a criação das iniciativas e programas do desenvolvimento econômico. Os investimentos que possibilitaram a instauração da burguesia nativa, atendem aos interesses das antigas metrópoles, cujas consequências ainda persistem (ROLIM, 2016, p. 171). Estados subjugados por este sistema passam a ter dependência econômica e política fortemente voltada ao continente europeu ou aos Estados Unidos de América e a China.

O neocolonialismo portanto, consiste em um sistema desenvolvido lado a lado com o capitalismo. Os dois juntos são mais do que um mero modo de produção; são vistos pelos seus protagonistas como um “projeto civilizatório”, social, econômico, político e cultural no qual se abarcam indivíduos e multidões de diversas sociedades culturais, incluindo as línguas e religiões. Para Lopes (2011), as novas metrópoles por vezes,

Distintas das antigas não se configuram mais em sedes governamentais com políticas de Estado empreendedoras, mas em empresas empreendimentos que têm entre seus investidores chefes de Estado, financiadores de campanhas políticas e interesses disseminados que não equacionam as necessidades dos espaços neocolonizados nem necessitam de uma legislação unificadora (LOPES, 2011, p. 15).

Qualquer Estado que se opuser a esse novo sistema de dominação, arca com as consequências de calamidades sociais e instabilidades políticas ou guerras como ocorreu na Líbia. Por isso, o Ocidente é visto como o principal responsável por sub-desenvolver a África e América Latina, com apoio de burguesia nativa, servindo como ponte para afirmação do neocolonialismo e capital ocidental.

A política colonial não só apropriou uma exploração econômica ou territorial na África; a sua política sobrepunha-se a vida política e social das populações. Abadia (2016), acredita que as marcas das explorações coloniais distinguiam-se “sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada, negação da sua cultura, da sua filosofia, do seu modo de ser” (ABADIA, 2016, p. 3). A mesma exploração colonial consistia, em outras palavras, por Aimé Cesaire⁴ como “sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de

³ Durante a guerra fria (1945-1989), logo após a II Guerra Mundial surgiu a divisão geopolítica de seguinte maneira: primeiro mundo, segundo mundo e o terceiro mundo. A nomenclatura teve origem no demógrafo francês Alfred Sauvy, inspirado na preposição do Terceiro Estado usado na Revolução Francesa. Os países considerados do “Primeiro Mundo” são capitalistas e desenvolvidos (Estados Unidos de América e seus aliados), o “Segundo Mundo” seria os socialistas industrializados (União Soviética e seus aliados) e por fim, o “Terceiro Mundo”, são países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados.

⁴ Dramaturgo, intelectual martinicano, ensaísta e político de Negritude.

religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CESAIRE, 2010 apud ABADIA, 2016, p. 3).

O neocolonialismo e capitalismo, juntos, possuem poderosas ferramentas alienatórias, políticas, socioeconômicas e culturais. Suas raízes se expandiram significativamente com uma dominação simbólica poderosa, influenciando até o sistema de horário pelo mundo. Mundialmente, se orienta com base numa hora cristã ocidental chamada *Greenwich Mean Time* – GMT (Tempo Médio de Greenwich), que ignora outros tipos de horários e calendários como a budistas, hindu, balinês ou islâmicos.

A modernização imposta pela base ocidental tem conquistado espaços em todo mundo, com políticas do desenvolvimento capitalista com fortes destruições ecológicas e ambientais, emissões de gases e desmatamentos, que já afetam a sociedade (GUATARRI, 1990). As influências socioculturais interferem na América Latina ou entre Estados da África, através de ofertas de filmes e comidas ocidentais ou norte-americanos, uma evidência de hegemonia ideológica de dominante ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da política colonial e a outra fase do seu desenvolvimento, conhecido como o neocolonialismo, junto com o capitalismo formaram a maior ferramenta alienatória e exploratória. As ideias do Kwame N'krumah e outros autores que debruçaram a respeito como Amin, evidenciam como o colonialismo passou a transformar em neocolonialismo e a sua afirmação nos Estados africanos e na América Latina, espaços onde o seu crescimento é bem visível através das pequenas e médias burguesias nativas constituídas na base da influência política e econômica ocidental, com impactos extremos em diversos setores.

N'krumah, por exemplo, nunca se contentou com o crescimento do neocolonialismo na África. O mesmo acredita que o principal instrumento deste é a balcanização da África. Este fenômeno se daria pela falsa independência dos países africanos, que em teoria, teriam sua independência política, mas na prática permaneceriam “Estados-clientes”. A chegada do capitalismo na África e América Latina, na segunda metade do século XX, serviu de impulso para a “perfeição” do neocolonialismo; a globalização por sua vez foi uma adaptação aos contextos mais recentes. As parcerias tendenciosas e laços de cooperação e vários outros acordos multilaterais e bilaterais pouco beneficia os Estados periféricos. Não existe uma globalização saudável entre Estados africanos, latinos

e o Ocidente. O que se observa está mais para uma integração com benefícios parciais e isolados, inapropriados e tendenciosos, o que torna essa ideia inexistente.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Danúbia Mendes. A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 113-125, 2016.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, p. 77-123, 2005.
- BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 347-369, 2015.
- GUATTARI, Félix; BITTENCOURT, Maria Cristina F.; ROLNIK, Suely. **Las Tres Ecologías**. Campinas: Papyrus, 1990.
- LOPES, Ana Mónica Henriques. Descolonização e Racismo: atualidade e crítica Neocolonialismo na África. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, ano IV, n. 8, Dezembro/2011.
- MANGO, Calido. **As Lutas de Libertação e os Processos da Descolonização nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (1955-1975)**. Curitiba: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- N'KRUMAH, Kwame. **As Lutas de Classe**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ROLIM, Gustavo Koszenieswki. **Revolução e Cultura no Pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral**. O pensamento africano no século XX. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo e Democracia**. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.